

CONSELHO DE CULTURA

Um organismo que merece mais atenção

De acordo com sua presidente, o Conselho vem sendo ignorado como instituição pelo secretário de Cultura do DF

MARIA DO RASÁRIO CAETANO

O papel vem desempenhando o Conselho de Cultura do DF, organismo criado por lei do Senado Federal e empossado em setembro de 1990? O órgão, de natureza colegiada, esvaziou-se com a saída de seu presidente, Tetê Catalão, e com a posse do novo secretário de Cultura, Fernando Lemos?

Para responder a estas perguntas, ninguém melhor que Maria Duarte, substituta de Tetê Catalão na presidência do organismo. Além de dar sua opinião sobre as relações entre o CCDF e o novo titular da Cultura no DF, Maria faz questão de afirmar que o colegiado continua trabalhando incansavelmente e tem grande agenda a cumprir até o próximo dia 17 de setembro, quando serão empossados os novos conselheiros (seis titulares eleitos pela comunidade, com seis suplentes; e seis titulares indicados pelo Governo, com seis suplentes).

— Por que se ouve falar tão pouco do Conselho de Cultura desde que Fernando Lemos tomou posse na Secretaria (em dezembro/91)?

— Porque a divulgação de nossas ações não tem sido feita na medida em que era feita antes. No tempo em que Márcio Cotrim era secretário de Cultura e Tetê Catalão, presidente do Conselho, nosso trabalho era bem divulgado. Até porque o Tetê, um jornalista, fazia questão de manter a comunidade informada dos assuntos que movimentavam nossas reuniões.

— O que faz o Conselho, neste momento, além de aguardar a normatização da Lei de Incentivos Fiscais/Fundo de Apoio à Arte e Cultura?

— Só o trabalho que a normatização desta lei nos deu — e continua dando — justificaria a existência do CCDF. Mas, além dela, estamos atuando permanentemente junto à Assembleia Legislativa, que vem elaborando a Lei Orgânica do DF. Trabalhamos ativamente junto à Cosma (Comissão da Ordem Social e Meio Ambiente) e atuamos, com firmeza, junto ao Fórum de Entidades Populares e Sindicais Pró-Participação na Lei Orgânica. Mesmo antes da ampliação do prazo de participação popular, nós contávamos com duas emendas para a área cultural, com mais de mil assinaturas. Vamos entregá-las na nova data, com bem mais que mil assinaturas. Fora a Lei Orgânica, temos trabalhado no acompanhamento de projetos apresentados no dia-a-dia do Legislativo local. Todos os que têm a área cultural como foco são analisados por nós, independente do partido político do parlamentar. Aliás, hoje, nossas relações com o Legislativo são bem mais frutíferas que com o Executivo. (Veja box). Além de cuidar da normatização da lei de Incentivos/Faac, e de trabalhar com o Legislativo, nós estamos cuidando da organização do III Seminário de Cultura (dias 9 e 10 de agosto, a primeira fase, e dia 16, a segunda), que além de debater políticas culturais para o DF, elegerá os representantes da comunidade no Conselho para o período setembro/92 a setembro/94.

— Se as relações do CCDF estão indo melhor com o Legislativo, isto significa que não vão bem com o Executivo?

— Na época em que Márcio Cotrim era secretário de Cultura, as relações do CCDF com o Executivo iam bem. Ele frequentava todas as reuniões e estava sempre disposto a receber sua coordenação. Hoje, a situação se apresenta diferente. O



Maria Duarte: "Na época de Márcio Cotrim as relações do CCDF com o executivo iam bem"

secretário Fernando Lemos não costuma comparecer às reuniões (de dezembro até hoje, só compareceu a duas). Para agravar, a participação de Luíza Dornas, diretora-executiva da Fundação Cultural, tem-se dado de forma muito fragmentada. Solicitei, na condição de presidente do CCDF, duas audiências a Lemos. Esperei por duas horas em horários marcados por ele, e não fui atendida. Fora todas as implicações políticas, tenho que dizer a verdade: isto é, no mínimo, falta de educação.

— Mas o Conselho, como instituição, vem sendo respeitado?

— Em muitos pontos, não. O mais grave, para mim, é a intenção do Executivo em querer modificar a Lei de Incentivos Fiscais/Faac. O Conselho de Cultura não aceita tais modificações, pois a lei foi amplamente discutida com representantes da comunidade e do Governo, foi aprovada e teve sua normatização, também, amplamente discutida. Nossa proposta, tomada em parceria com o gabinete do deputado Geraldo Magela, não aceita modificações na normatização da lei. Que a Secretaria efetue sua publicação no *Diário Oficial*, acompanhada de uma cláusula: sua execução será acompanhada, durante seis meses, para devida avaliação, por Comissão formada com membros do Executivo, Legislativo e CCDF.

— Em que outros pontos o Conselho vem sendo desrespeitado?

— Acho que o melhor termo é ignorado. Fomos ignorados como instituição na hora de participar da Comissão que selecionou os projetos que fariam jus a recursos da FCDF, através do *Edital de Financiamento de Produções Brasileiras*, e fomos ignorados na hora de se compor a Comissão que está estudando a viabilização do Conjunto Cultural da 508 Sul. Não fomos, também, chamados a opinar na reforma administrativa que afetou — e muito — os órgãos culturais do DF.

— Que tipo de participação o Conselho poderia ter na discussão da reforma administrativa?

— O GDF promoveu a reforma administrativa orientado por dois princípios: simplificar a máquina burocrática e baratear sua manutenção. No caso da Cultura, verificou-se a fusão das Secretarias de Cul-

ta e Esporte com a Comunicação Social. Até agora, não fomos convidados a opinar sobre esta fusão, seus frutos ou impasses. Não sabemos se os princípios da simplificação e barateamento de custo foram atingidos. É nossa intenção convocar os responsáveis pela reforma na Secretaria de Cultura a prestar esclarecimentos sobre o assunto. Não o fizemos até agora porque, pelo que sabemos, a reforma está parada. Outro ponto que o Conselho quer analisar é o do Orçamento Cultural para 93. Queríamos informações sobre o de 92, mas concluímos, até por não dominarmos a linguagem da burocracia orçamentária, que o melhor é acompanhar a formulação do Orçamento para o próximo ano, cuja elaboração começa neste mês. Para tal, estamos buscando a assessoria de um especialista em Orçamento. Outra de nossas cobranças se prende à prestação de contas dos produtores beneficiados com recursos da SCECS/FCDF. Só que, apesar de múltiplas solicitações, ainda não recebemos nada da diretora-executiva, Luíza Dornas.

— Como o CCDF avalia a gestão de Fernando Lemos à frente da Secretaria?

— O Conselho não tem, como órgão colegiado, uma avaliação dos sete primeiros meses da gestão de Fernando Lemos. Eu, de minha parte, digo que ando preocupada com a pouca atenção dada ao Conselho, um órgão normativo, criado pelo Senado Federal para assessorar o Governo na definição de políticas culturais para o DF. Das três comissões anunciadas por Lemos, quando de sua posse, apenas uma funcionou e, mesmo assim, em parte: a dos Mecanismos Adequados ao Desenvolvimento e Aperfeiçoamento do Potencial Artístico e Cultural da Comunidade. Esta comissão elaborou relatório sobre Casas de Cultura, respaldado em documentos do II Seminário. Mas ficou nisso. As outras duas — Plano de Ação Cultural e Levantamento da Utilização de Espaços Culturais na DF — fizeram algumas reuniões, mas nem seus relatórios foram trazido a público. Outra Comissão alardeada na imprensa foi a que estabeleceria uso cultural para as estações do metrô.

Os projetos em exame

O Conselho de Cultura do DF vem acompanhando de perto vários projetos de lei oriundos da Assembleia Legislativa local. Além da Lei Magela de Incentivos Fiscais e do Fundo de Apoio à Arte e Cultura, que contou com sua estreita colaboração, o Conselho vem examinando em suas Câmaras e reuniões plenárias os seguintes projetos:

1. Transformação de carcaças de Ônibus em espaços culturais (Pedro Celso-PT).
2. Criação do Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos para a Área Cultural (Pedro Celso-PT).
3. Mudança do nome do Parque Rogério Pithon Farias para Parque da Cidade Pompeu de Souza (José Edmar — PTR).
4. Uso do Solo Urbano — Toda mudança na destinação de área de edificações culturais terá que ser submetida à Assembleia Legislativa do DF (José Edmar-PTR).
5. Criação de Caderno Cultural como encarte do *Diário Oficial do DF* (Salviano Guimarães-PDT).
6. Disciplinamento do pagamento de jetons para integrantes de Conselhos (Aroldo Satake-PTR).
8. Universidade Aberta (Carlos Alberto-PPS).

* Com os deputados Maurílio Silva e Peniel Pacheco (ambos do PTR) o CCDF manteve estreitos entendimentos na discussão dos projetos referentes ao Fundo de Apoio à Arte e Cultura (Silva) e ampliação do prazo de entrega de emendas populares para a Lei Orgânica (Pacheco).

Só que a Comissão nunca mais se reuniu. Sou um de seus integrantes e procurei saber data, local e horário de novas reuniões. Fui informado de que o prazo para entrega do parecer da comissão sobre o uso cultural das estações foi prorrogado. E que não está havendo reuniões, daí a minha não convocação.

— E o CCDF está aparelhado para exercer os papéis que lhe cabem segundo a lei que o criou? Não ficará sobrecarregado com as novas responsabilidades advindas da Lei do Incentivo Fiscal/Faac?

— Ficará, e muito. Afinal, tanto os conselheiros eleitos pela comunidade, quanto os indicados pelo Governo, não recebem jetom. Têm outros trabalhos e dão sua contribuição ao Conselho a título de exercício de cidadania. Isto, por um lado, é ótimo, pois quem trabalha o faz por uma consciência cidadã. Mas há um outro lado: consome-se muito tempo em reuniões e trabalhos não remunerados. Daí que fica difícil cobrar de todos os conselheiros assiduidade e dedicação total ao trabalho. Mas temos feito o que é possível. Temos, porém, que assumir nossas responsabilidades no processo. Muitos conselheiros — em especial entre os eleitos pela comunidade — não têm podido dedicar-se integralmente às tarefas do Conselho. E, além do mais, Tetê Catalão se afastou para assumir cargo na Secretaria de Cultura. B. de Paiva optou pelo Conselho Deliberativo, Néio Lúcio se licenciou por longo período, e Wladimir Murinho e Jorge Antunes se licenciaram por períodos menores (Antunes, um dos conselheiros mais ativos, está na Europa, participando das comemorações pelos seus 50 anos). Em seus lugares assumiram os suplentes Johanne Madsen, Adelaide Ramos, Clóvis Senna e Plínio Mósca. A vaga de B. de Paiva deverá, ainda, ser preenchida. Ainda não o foi porque ele ainda não encaminhou pedido de afastamento. (N.R. Obrigatório, já que, pelas normas aprovadas no Seminário de Cultura, não se pode acumular os dois colegiados).

— O secretário Fernando Lemos queria substituir o conselheiro Victor Alegria por Márcio Cotrim, mas recuou frente à manifestação do CCDF e de abaixo-assinado em sua defesa, com nomes da área editorial. Como você vê este episódio?

— Quando o conselheiro Victor Alegria levou o problema à plenária do Conselho, nós ponderamos que ele era um nome indicado pelo Governo e que nós não tínhamos que opinar sobre as escolhas do Executivo. Houve, porém, votação e decidiu-se encaminhar ao secretário Lemos uma ponderação: Alegria representava, no CCDF, a área editorial.

— Então, na prática, o Conselho legitimou a permanência dele e endossou princípio corporativista, combatido com veemência, inclusive, pelo ex-presidente Tetê Catalão.

— É verdade. Concordo com Tetê Catalão que o Conselho de Cultura deve estar acima das corporações. Deve pensar a política cultural como um todo.

— Quem acompanha as reuniões plenárias do CCDF as define como chatas, demoradas e muitas vezes confusas. Você aceita estas críticas?

— Em parte. Isto acontece, porque, infelizmente, as Câmaras (de Patrimônio Histórico, de Artes e de Desenvolvimento Cultural) não funcionam como deviam. Daí que há enorme acúmulo de assuntos para as reuniões plenárias. Tal acúmulo torna as reuniões longas demais e, às vezes, cansativas.